



Análise Crítica do Discurso: Reflexões sobre Contexto em van Dijk e Fairclough

Cleber Pacheco Guimarães¹ (UFPE)

Resumo:

A noção de contexto é fundamental aos trabalhos da Análise Crítica do Discurso. Por intermédio da revisão de críticas lançadas por Teun Van Dijk (2008a, 2006) ao aparato proposto por Norman Fairclough (2001, 2006), discuto como os dois estudiosos entendem tal noção. Examinoo igualmente se a divergência entre as visões (sobre contexto), decorrente da distinção conceitual, produz análises e estudos substancialmente diversos entre si.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso, contexto, cognição.

Abstract:

The notion of context is fundamental to Critical Discourse Analysis works. By reviewing criticism, from Teun Van Dijk (2008a, 2006), directed at Norman Fairclough's theory (2001, 2006), I discuss how the two linguists understand such notion. I likewise inspect the divergence among these visions (of context), and I study whether this difference of opinions results in substantially different critical analysis works.

Keywords: Critical Discourse Analysis, context, cognition.

Introdução

Neste ensaio, o intento é discutir uma noção fundamental aos trabalhos da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD): a noção de **contexto**. Por intermédio da revisão das críticas lançadas por Teun Van Dijk (2008a, 2006) ao aparato proposto por Norman Fairclough (2001, 2006), discuto como os dois estudiosos entendem contexto, e trato da decorrência desta distinção conceitual. Para Van Dijk, pesquisadores na linha de Fairclough

desconsideram uma **interface cognitiva**, o que implica uma relação determinística entre contextos e textos.

É imperativo demonstrar, também, como (e se) a divergência entre as visões de contexto resulta em análises e conclusões substancialmente diversas entre si. Procedo com tal demonstração nas páginas finais deste ensaio. Antes de iniciar as apreciações, traço um sucinto histórico da ACD¹.

1. Um breve histórico da ACD

Nos anos 1970, uma abordagem do estudo da linguagem conhecida como Linguística Crítica (doravante LC), que via a linguagem como forma de intervenção na ordem social e econômica, foi desenvolvida na Grã-Bretanha. Em 1979, Fowler, Kress e outros publicaram *Language and Control*, obra de repercussão entre pensadores da linguagem interessados na relação entre o estudo do texto e os conceitos de poder e ideologia. Na década de 1980, outras abordagens desta mesma temática proliferaram, dentre as quais *Critical Discourse Analysis*. O nome da vertente foi elaborado por Norman Fairclough da Universidade de Lancaster.

O termo *Critical Discourse Analysis*, traduzido no Brasil tanto como Análise Crítica do Discurso, quanto Análise de Discurso Crítica, embora tenha sido primeiramente utilizado em 1985 por Norman Fairclough no *Journal of Pragmatics*, passou a ser considerado como linha de pesquisa somente após a publicação da revista *Discourse and Society*, por Van Dijk, em 1990.

Todavia, é importante perceber que a ACD não é uma “escola” que se dedica aos estudos discursivos, “antes, a ACD objetiva propor um ‘modo’ ou uma ‘perspectiva’ diferente de teorização, análise e aplicação ao longo dos campos” (VAN DIJK, 2008, p.114). Desta forma, a ACD é composta por teorias heterogêneas. A diversidade de abordagens a constituírem a ACD se explicita no teor dos trabalhos de cada analista. Enquanto Van Dijk partiu de uma abordagem cognitiva para explicar os mecanismos de processamento do discurso, Kress investigou como diferentes sociedades valorizam distintos modos de

¹ Quando utilizar somente o termo “ACD”, sem determinações, estarei fazendo referência à ACD de modo geral, e não especificamente à proposta por este ou aquele autor.

representação, voltado principalmente para a pesquisa educacional (cf. WODAK, 2004, p. 228). Por sua vez, van Leeuwen, no âmbito da ACD, trabalhou pioneiramente a relação de significados entre informações visuais e verbais nos textos e discursos, bem como o significado das imagens; Fairclough, além de estabelecer a base sócio-teórica da ACD, investigou os discursos da mídia de massa, como um espaço de manutenção de poder (cf. WODAK, 2004).

A ACD surge de tais abordagens distintas, tendo como principais pontos em comum a multidisciplinaridade, a preocupação social, o posicionamento político favorável ao grupo social em desvantagem e a divulgação dos resultados de pesquisa como forma de alerta das práticas de abuso de poder.

No Brasil, duas vertentes de análise crítica são bastante mobilizadas: a Análise Crítica do Discurso proposta pelo inglês Norman Fairclough, e a Análise Cognitiva (ou sociocognitiva) do Discurso engendrada pelo holandês Teun Van Dijk. A vertente baseada em Fairclough tem a influente Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) como teoria de base. Segundo Wodak, a LSF está presente em quase todos os estudos de orientação crítica (2004, p. 232-233).

Fowler, ao tratar da LC, assegura que o aparato sistêmico-funcional, elaborado por Mark Halliday, além de fornecer sustentação teórica para a LC, oferece suporte político para a pesquisa crítica (cf. FOWLER 2004[1996], p. 210). Segundo o autor, do ponto de vista da linguística autônoma (e.g. gramática gerativa), antes da LSF, a LC não era sequer linguística. Fowler receava que qualquer trabalho analítico sobre linguagem e ideologia fosse intitulado de análise crítica. Estava claro que, para o autor, estudos críticos do discurso deveriam ter como pilar de sustentação a teoria sistêmico-funcional:

Hoje em dia, qualquer coisa pode ser considerada 'análise de discurso', e se, como está acontecendo, a lingüística crítica for classificada sob este título, corremos o risco de que a metodologia analítica original se dissipe na presença de metodologias alternativas sem controle, [...] O modelo original tem a vantagem de basear-se na poderosa e muito discutida teoria lingüística de Halliday (FOWLER, 2004[1996], p. 218-219)

A noção de contexto adotada por Fairclough é de origem sistêmico-funcional, e entende que os níveis constitutivos da linguagem (o semântico, o lexicogramatical e o

fonológico/grafológico) são dependentes de um contexto mais imediato, o de situação, e de um contexto de cultura. É um funcionalismo baseado em formas regulares, “relacionando um contexto social e a forma linguística com base nas funções da linguagem e na sua relação nos mais variados registros e gêneros textuais” (MARCUSCHI, 2005, p. 07). Todavia, o conceito de contexto na LSF precisa ser melhor teorizado, nunca foi dito o contrário. Meurer (2004, 2006) dedicou bastante esforço no sentido de atualizar os postulados sobre este assunto.

A principal crítica à abordagem de Fairclough é a expressa pelo “pai” da Análise Cognitiva do Discurso, Van Dijk. Para o cognitivista, vertentes como a de Fairclough falham por não considerarem a cognição, que serviria de mediação entre o discurso e a sociedade, culminando numa visão equivocada de contexto. Van Dijk (2008b) também ataca o aparato sistêmico-funcional mobilizado por Fairclough, afirmando, entre outras críticas, que a LSF não engendra estudos sociais aprofundados, além de igualmente trabalhar com uma visão desatualizada de contexto. Discutirei tais apreciações, minuciosamente, adiante.

Para evitar a repetição do sintagma “ACD proposta por Fairclough”, quando me referir exclusivamente a esta perspectiva, utilizarei a abreviatura ACD-F. Saliento, no entanto, que esta não é uma sigla comum na literatura da ciência da linguagem.

2. Repensando críticas: contextos e determinações

Gostaria de introduzir este item averbando que não estou aqui numa defesa intransigente da ACD-F. Concordo categoricamente com Demo, quando assevera que não se pode “adotar teorias”, e que aprender com elas significa sempre **ir além delas**, perceber o que elas deixaram de perceber. Para o autor, teorias “formalizam a realidade em idealizações discursivas” (DEMO, 2009, s/p), sendo uma teoria **apenas uma entre outras**, e é imperativo “desbordar limites”. Neste ensaio, já mencionei limitações da LSF, como a fraca teorização sobre os aspectos sociais e o que intitulam contexto de cultura. Olhando atentamente para o outro contexto, o de situação, nota-se, sem muito esforço, que este também requer melhoramentos².

² Para críticas mais aprofundadas sobre a LSF, ver o já mencionado trabalho de van Dijk (2008b).

A defesa que segue será feita não por pura afinidade, mas por entender que algumas críticas direcionadas ao postulado pela LSF (e indiretamente à ACD-F) são equivocadas. Boa parte destas críticas é oriunda do que parece ser um pensamento **excludente**, visando substituição de teorias. Estruturalismo por Teorias do Discurso; AD Francesa por ACD; Sociolinguística Variacionista por Interacionista, e por aí se vai. Não são enxergadas as contribuições individuais e as relações **complementares** que podem existir entre elas. Parece haver uma busca por uma teoria única, final. Nos termos de Demo, tal fato é “bisonho”, mormente quando lidamos com ciências sociais, porque nessas “a proximidade ideológica e histórica é ainda mais palpável” (DEMO, 2009, s/p).

Por vezes, não há como haver harmonia entre teorias. Contudo, mesmo as teorias completamente díspares, incompatíveis, podem servir (cada uma) a propósitos específicos e relevantes. A LSF pode haver estagnado no funcionalismo clássico, sem desenvolver uma teoria social profunda, porém é aplicada com sucesso em escolas e universidades (veja-se, por exemplo, o trabalho de Motta-Roth³) na resolução de problemas de produção textual; contratempo que a Análise Cognitiva do Discurso, por sua vez, dificilmente conseguiria extinguir. Isto não é uma “falha” na teoria de Van Dijk, **pois este não é o foco do pesquisador**. Não dar conta de tudo não é um desacerto, é uma **característica inescapável** de toda teoria:

Sendo teoria uma construção mental simplificada/idealizada e, por isso mesmo, naturalmente reducionista [...] sem falar em sua face multicultural [...], não consegue, por mais que o queira ou prometa, abarcar tudo e oferecer a última explicação (DEMO, 2009, s/p).

Fairclough (2006, p. 02), ao tratar de sua abordagem de ACD, que tem como foco a **análise detalhada de textos**, lembra-nos de que esta é apenas uma vertente entre outras, e que é sensato utilizá-la em conjunto com outras formas de análises, como a etnografia e outros métodos de análise institucional. Entre as diferentes versões de ACD, Fairclough (2006, p. 02) indica o próprio Van Dijk.

O intento de Van Dijk é fazer análises críticas considerando o triângulo discurso-cognição-sociedade, pois, para o autor, o postulado de que há uma ligação direta entre

³ Ver Motta-Roth (2006) nas referências deste trabalho.

sociedade (sobretudo poder e dominação) e **discurso** não pode ser aceito. Em seus termos, precisamos considerar uma **interface cognitiva** (cf. VAN DIJK 2008a).

É justamente por esta interface cognitiva que advém sua principal crítica. Segundo Van Dijk, abordagens que tomam a relação entre texto e contexto, de forma padrão, sem mediação cognitiva, como a LSF/ACD-F, incorrem num erro grave:

[...] **uma falha teórica séria** porque relaciona dois tipos de entidades que não podem simplesmente ser relacionadas de forma direta, a saber, estruturas de uma situação social (participantes, cenários, ações) e estruturas do discurso. Além do mais, se fosse o caso, **todas as pessoas numa determinada situação social fariam da mesma maneira** (VAN DIJK, 2008a, p. 209) [grifos meus]

O autor assegura que, se a situação social determina as estruturas do discurso, indivíduos, em “determinadas situações sociais”, fariam a “mesma coisa”. Antes de entrar com meus argumentos em defesa da ACD-F, faço um breve comentário. Note que Van Dijk (ou o tradutor de seu texto) usa o adjetivo “determinada”, antes do termo “situação”, pois complicado seria definir “situação igual” se lhe fosse questionado. Mesmo assim, perguntaria ao autor: **como pode haver repetição de “determinadas situações sociais” em momentos sócio-históricos diferentes?** Isto é possível? Nos termos do próprio cognitivista, há outros modelos mentais envolvidos. Se possível fosse, para falar “da mesma maneira”, seres humanos, em sua complexidade psicológica, deveriam se encontrar em “situações iguais”. A repetição de situações “iguais”, em nosso cotidiano, em nosso implexo mundo, não me soa uma ocorrência tão simples. De qualquer forma, prossigamos.

A interface cognitiva explicaria porque pessoas produzem textos diferentes em situações “iguais”, o que Van Dijk chama de *individual variation* (VAN DIJK, 2006, p. 162). Vertentes como a LSF/ACD-F, por não considerarem a cognição, apesar de relevantes e interessantes, seriam insatisfatórias⁴, pois estariam averbando uma determinação. Sempre que há um contexto de situação específico, há um mesmo tipo de texto. Para o cognitivista, Fairclough trabalha com um contexto determinístico. Contudo, veremos adiante, que tal determinismo não existe.

⁴ “Although such a direct ‘contextual’ account of this speech may be quite relevant and interesting, there are methodological and theoretical reasons why it is unsatisfactory” (VAN DIJK, 2006, p. 161-162). [em todas as citações desta obra, a tradução é livre]

O postulado de Van Dijk, para suprimir este aparente determinismo imposto pelo contexto, é interessante. Todavia, nos termos de Demo, **é apenas uma teoria entre outras** (não uma lei). É equivocado advogar que uma teoria é a única capaz de se adaptar a determinados estudos, mormente em ciências sociais, como o texto de 2006, do sociocognitivista, aparenta fazer crer:

Se quisermos considerar o papel do discurso na reprodução do racismo na sociedade, necessitamos obviamente de uma abordagem integrada [referindo-se à integração discurso-cognição-sociedade]⁵ (VAN DIJK, 2006, p. 161)

Até onde eu sei, existe, no presente, apenas uma abordagem coerente, explícita e empiricamente garantida/segura que preenche tais condições: uma abordagem sociocognitiva do contexto⁶ (VAN DIJK, 2006, p. 163)

Pesquisadores da ACD-F não abonam determinismo algum, e a teoria pressupõe **variação individual**. Ora, a terminologia utilizada por Hasan para tratar dos textos oriundos de certas configurações textuais é **Estrutura Potencial do Gênero** (cf. MOTTA-ROTH & HEBERLE, 2007). O adjetivo “potencial” (que significa basicamente **latente, virtual** ou **possível**), por si só, já adiantaria que não existe determinismo contextual. De qualquer modo, vejamos o que dizem Vian Jr. & Lima-Lopes, linguistas sistêmico-funcionais:

Por exemplo, se pensarmos que existe um gênero “defesa de tese de doutorado”, observaremos que há elementos comuns a defesas em várias áreas do conhecimento, como matemática, linguística [...] significando que elas devem possuir uma EPG [Estrutura Potencial do Gênero] comum. Ao mesmo tempo, esses textos são realizados em situações distintas, mostrando que **diferenças no relacionamento entre as pessoas** (relações), no assunto tratado (campo), e na forma de expressão (modo), levarão a **diferenças perceptíveis**. Em outras palavras, apesar de todas serem defesas, **cada uma delas trará características singulares** (VIAN JR & LIMA LOPES, 2007, p. 34) [grifos meus]

O fato de a LSF e Fairclough não terem teorizado minuciosamente sobre cognição não indica que estes tratam tal aspecto como inexistente. O conceito sistêmico-funcional de

⁵ “If we want to account for the role of discourse in the reproduction of racism in society, we obviously need such an integrated approach.”

⁶ “As far as I know there is at present only one coherent, explicit and empirically warranted approach that meets these conditions: a sociocognitive account of context.”

relação entre indivíduos (em uma defesa acadêmica, a título do exemplo) só pode ser um elemento sociocognitivo; torna-se relevante a **imagem interiorizada** que temos de nossos interactantes, e esta representação é tratada pela variável *tenor*. Esta variável aborda exatamente a natureza da ligação entre os participantes, e “molda” atitudes e avaliações. Fairclough (2001, p. 49) menciona Fowler (1979) para afirmar que “não há associação previsível de um para um **entre qualquer forma linguística e qualquer sentido social específico**” [grifo meu], mostrando que não prega como determinística a relação sociedade-discurso; e ainda adiciona:

A produção e o consumo são de natureza parcialmente **sociocognitiva**, já que envolvem processos cognitivos de produção e interpretação textual que são baseados nas **estruturas e convenções sociais interiorizadas** (daí o prefixo 'sócio-') (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99) [grifos meus]

Fairclough assevera que estruturas e convenções sociais interiorizadas — algo como o que Van Dijk chama de **modelos mentais**, similar ao que Rosch, já em 1978, intitulava como **protótipos**, e Rumelhart, em 1980, chamou de **esquemas cognitivos** —, influenciam a produção/interpretação textual. É nítido, destarte, que, para a LSF/ACD-F, em defesas de tese de Doutorado, a título do exemplo, com tantos modelos internalizados, com tantas variáveis de situação, cada doutorando engendrará textos **singulares**.

Mesmo não se debruçando com esmero sobre o aspecto cognitivo (e concordo que esta é uma lacuna, não uma falha, da LSF/ACD-F), nada na ACD-F indica que todas as defesas de tese de Doutorado (aproveitando o mesmo exemplo) formarão um conglomerado de textos repetidos. Ao contrário do que defende Van Dijk, não há relação determinística alguma entre situação e discurso.

3. Revisando “contexto” em Van Dijk

Como vimos, Van Dijk postula haver um componente cognitivo interconectando os aspectos sociais ao discurso. Em seus escritos, teorias que renegam este componente trabalham inexoravelmente com um contexto **objetivo** ou **determinístico** (cf. VAN DIJK, 2006, p. 163), pois a situação determinaria o discurso. A contribuição sobre o componente

cognitivo é profícua, mas a teorização sobre contextos, que o estudioso diz ser **subjetivos**, merece ressalvas.

Inicialmente, se me propusesse a criticar as abordagens “não-cognitivas”, referir-me-ia a elas apenas com o termo **determinísticas** (esqueceria **objetivas**), e não asseguraria que contextos são subjetivos. Vejamos.

Em sua crítica, aos “não-cognitivos” como Fairclough, Van Dijk utiliza “objetivo” na acepção de “na exterioridade, fora da mente do sujeito, do indivíduo”. Parece ter esquecido que o termo **contexto** adquiriu — inclusive na Linguística — a noção arraigada de “inter-relação de circunstâncias que acompanham um fato ou uma situação” (Dicionário Eletrônico Houaiss, 2001). O dicionário mencionado cita até o substantivo **ambiente** na definição de contextos. Muito do que faz parte do contexto estaria exatamente **fora da mente** do indivíduo. Trar-me-ia bastante inquietação afirmar, desta forma, que contextos são **unicamente** subjetivos. Imagine-se no papel de um general do Exército, por exemplo, negando a acepção habitual de contexto, contando a uma mãe, que perdera um filho na guerra, que a morte de seu descendente fora “subjetiva”.

Na proposta sociocognitiva de análise do discurso, a morte do soldado seria “subjetiva”, pois a **situação social** — ou a **ocorrência**, termo utilizado em outros momentos por Van Dijk (cf. 2006, p. 165) — é tratada como um componente **fora do contexto**. Situação e contexto seriam coisas diferentes. Este, último, seria apenas uma **representação mental** das ocorrências, das situações. Em termos matemáticos, o conjunto situação não está contido no conjunto contexto.

Contexto é definido como **a estrutura mentalmente representada** daquelas propriedades da situação social que são relevantes para a produção ou compreensão do discurso. (VAN DIJK, 2008a, p. 119) [grifos meus]

O autor vai além. Assevera que contextos, de maneira alguma, são restrições objetivas da/para a sociedade ou cultura. Para esclarecer, tomemos um exemplo trazido pelo próprio Van Dijk.

Em seu texto intitulado *Discourse, Context and Cognition*, o autor traz como *corpus* um fragmento de discurso de Tony Blair, proferido em 2003, na *House of Commons*, sobre a manutenção de tropas inglesas no Iraque. Em coerência com o seu triângulo discurso-

cognição-sociedade, Van Dijk afirma que a posição de Blair como primeiro-ministro, sua diplomacia, ou as regras (de conduta) da *House of Commons* em **nada** influenciam a forma como o político discursa. E reitera: “restrições sociais, políticas ou culturais, como exemplificadas acima, não influenciam, em nenhuma possibilidade, diretamente o discurso”⁷ (VAN DIJK, 2006, p. 162). O autor finaliza com o repetido argumento de que, se assim fosse, outro primeiro-ministro, na “mesma situação”, verbalizaria o mesmo conteúdo.

Não podemos, entretanto, apartar **situação social, ocorrências** ou **condutas** (outro termo utilizado pelo sociocognitivista) da definição de contexto. É irrefutável que a compreensão que fazemos das situações é fator de influência na produção de discursos. Contudo, a aceção de contexto deve **englobar a situação**, além da **apreensão da situação**. Deve contemplar as ocorrências, além das representações que fazemos delas. Bazerman parece possuir opinião similar à que defendo:

O contexto é visto como o conjunto de todos os fatores que dão forma a um momento no qual uma pessoa se sente compelida a se manifestar simbolicamente. (BAZERMAN, 1988, apud MOTTA-ROTH & HEBERLE, 2007, p. 14)

Está claro que os ataques terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos, por exemplo, podem ser compreendidos como um “ato terrorista” ou como uma “ação heróica”, mas desprezar papéis investidos (bombeiros americanos, familiares das vítimas, militares ianques, ou antiamericanos, seguidores de Bin Laden entre outros), e outras variáveis da situação, como se em nada elas influenciassem na construção dos discursos, é um erro. Mais equivocado ainda é desconsiderar a própria mudança no mundo físico. Todos os discursos que sucederam ao fato, sejam eles pró ou contra, só existem porque alguém, de fato, jogou dois aviões naquelas torres. A **experiência cognitiva** da situação (esta sim) pode ser apenas uma **representação da ocorrência**, mas o **contexto engloba a ocorrência** (no caso, o ataque às torres gêmeas). Foi este ataque que compeliu indivíduos a se manifestarem (a seu modo) simbolicamente.

Wodak, referindo-se às análises do discurso em geral, afirma que várias questões importantes ainda não foram adequadamente discutidas, entre elas, a noção de contexto, que, segundo a autora, “com frequência é definida ou de forma muito ampla, ou de forma

⁷ *Societal, political or cultural constraints as exemplified above do not directly influence discourse at all.*

muito restrita” (WODAK, 2004, p. 238). Em meu ponto de vista, tal polarização, amplo-restrito, corresponde respectivamente a Fairclough-Van Dijk.

O próprio Van Dijk afirma que, na sua teoria multidisciplinar de ACD, “restam diversas lacunas metodológicas e teóricas” (VAN DIJK, 2008a, p. 131). Se falarmos em incongruências, isto fica nítido. Observe outros exemplos: no mesmo artigo em que o linguista assevera que a situação social, no caso de Tony Blair (lembramos: sua posição de primeiro-ministro, o local onde fala, as pessoas a quem se dirige, o motivo da reunião no Parlamento etc), não interferiria diretamente na produção do discurso do político, o autor estranhamente afirma que, se Blair estivesse em outro local, **teria se manifestado de outra forma**: “obviamente, em uma discussão em casa, Blair não teria dito ‘não desrespeito opiniões contrárias às minhas⁸’” (VAN DIJK, 2006, p. 166). Em uma página anterior, o autor redige algo que, apesar de citar como reflexo da construção na mente de Blair, parece ir de encontro às suas teorizações prévias (afora isto, a averiguação que segue — como diversas outras de Van Dijk — poderia ter sido facilmente realizada por um analista de discurso em consonância com a teoria de Fairclough):

Então, a posição de Blair como primeiro-ministro é obviamente **relevante de muitas formas**: como tal, ele tem permissão para discursar na *House of Commons*, e para ser o primeiro a falar, e, deste modo, para ordenar e *influenciar* a sequência do debate⁹ (VAN DIJK, 2006, p. 165) [grifos meus]

No caso acima, Tony Blair não somente é influenciado por sua posição (variável da situação), mas igualmente **influencia a situação** (a sequência das discussões na *House of Commons*). Temos Blair influenciado por “fatores externos”, e o próprio Blair sendo, por sua vez, um fator externo — uma variável do contexto da situação — de influência no discurso dos outros parlamentares.

Em suma, Van Dijk assegura que situações sociais não influenciam diretamente os textos, mas tenta comprovar suas teorias com exemplos que demonstram **exatamente o contrário**. A exposição de suas teorias sobre contexto é interessante, mas suas exemplificações e análises não conseguem colher os frutos de suas teorizações.

⁸ Obviously, in a discussion at home, Blair would not say ‘I do not disrespect views in opposition to mine’.

⁹ Thus, Blair’s position of PM is obviously relevant in many ways: as such he is permitted to address the House of Commons, he is allowed to speak first, and hence to order and influence the sequence of the debate.

É indiscutível que situações sociais são apreendidas cognitivamente, e que textos são erigidos, moldados e influenciados por esta compreensão. É notório que a relação situação-discurso é indireta. Este é um acerto do cognitivista. Sua falha, além da restrita visão de contexto, e de não ter demonstrado adequadamente como a interface cognitiva funciona, é problematizar e criticar duramente¹⁰ outras teorias sem oferecer grandes avanços em troca.

4. Averiguando análises e divergências

Vejamos esta pequena exemplificação de Fairclough, da obra *Analysing discourse: textual analysis for social research*, sobre como proceder com análises críticas. No capítulo em questão, o autor trata especificamente da **representação de eventos sociais**. Veremos, com este exemplo, que Fairclough, apesar de não se aprofundar no componente cognitivo, não o trata como inexistente. O resultado, como demonstrarei, é que a análise “cognitiva” engendrada por Van Dijk, e a análise “não-cognitiva” da linha de Fairclough acabam não se diferenciando de modo substancial.

A melhor classe de tabaco de charuto do mundo é separada para o Hamlet.
Folhas selecionadas, colhidas à mão, são secas, fermentadas e
cuidadosamente condicionadas.
Então, a mestria de nossos beneficiadores/misturadores cria este leve,
fresco e suave charuto.¹¹

O trecho acima é uma peça de propaganda do conhecido charuto Hamlet. Sendo bastante breve, posso resumir que Fairclough, ao tratar da representação do processo de cultivo/fabricação do charuto, na **produção da propaganda** enquanto artefato discursivo, defende que:

1. o texto pode ter sido moldado para difundir a imagem de um produto de qualidade;

¹⁰ Termos como “fechado”, “vago”, “arbitrário”, “incompleto”, “confuso” entre outros são desferidos pelo autor em sua crítica aos preceitos da LSF (cf. VAN DIJK, 2008b).

¹¹ *Finest grade cigar tobaccos from around the world are selected for Hamlet. Choice leaves, harvested by hand, are dried, fermented and carefully conditioned. Then the artistry of our blenders creates this unique mild, cool, smooth smoking cigar.*

2. o texto pode ter sido elaborado no intuito de representar o processo de produção do charuto de forma a excluir os produtores, as relações e as circunstâncias de produção; e
3. alternativas "1" e "2" são verdadeiras simultaneamente.

No caso da hipótese "2", a tentativa seria de evitar um assunto delicado em países como a Inglaterra: a produção de bens, para mercados relativamente ricos, através do esforço de trabalhadores mal pagos (e que atuam em ambientes com péssimas condições) em países relativamente pobres. Vamos nos focar, por enquanto, nesta hipótese "2".

A propaganda do Hamlet pode ter sido intencionalmente estruturada de modo a afastar, da **mente** (pensamento?) dos consumidores, uma imagem negativa que **poderia** ser atrelada aos charutos. Algumas considerações aqui: primeiro, não me foi possível encontrar um termo para substituir a palavra "mente" que utilizei há pouco; segundo, Fairclough não defende que o produtor do texto consegue seguramente o seu objetivo (banir a imagem do trabalho escravo); terceiro, se Fairclough admite que pessoas **podem (ou não)** associar a propaganda a um injusto modo de trabalho, mesmo que o linguista não se aprofunde ou explicitamente, está considerando aspectos **cognitivos** (internalizados, por sujeitos históricos) na recepção (que ele chama de **consumo**) do texto. Se faço uma associação específica quando me deparo com determinados temas (e.g. produção de charutos), é porque possuo **esquemas cognitivos** (cf. RUMELHART, 1980) que me levam a aticar determinadas redes semânticas e não outras.

Retornemos às hipóteses sobre a produção/recepção do texto sobre o Hamlet. Para Fairclough, a questão não é buscar a verdade, mas comparar as diferentes formas de representação de eventos sociais (no caso, a construção de uma realidade sobre "fabricar charutos"). Cada modo particular de representação tem uma motivação diferenciada. O papel do analista de discurso é justamente o de apontar tais motivações, intenções e as tentativas de naturalização, muitas vezes veladas. No caso do charuto Hamlet, o analista (quer se intitule de cognitivo ou não) teria de apontar e escolher um modo de representação específico (o da hipótese "1", "2", "3" ou outras) e, por intermédio do exame dos recursos linguísticos, demonstrar como aquela representação do mundo foi erigida e com quais intenções mascaradas.

A partir do momento no qual o analista aponta uma determinada forma de representação da realidade, segue-se a aplicação do aparato de análise. No caso da hipótese “1” (difundir a imagem de um produto de qualidade), podemos dizer, apenas a título de exemplo, aplicando uma metodologia sistêmico-funcional, que a manutenção de sintagmas que indicam **qualidade** e **esmero** (“melhor classe”, “mestria” etc.), em **posições temáticas**, contribui para a construção do Hamlet como charuto de valor (cf. FAIRCLOUGH, 2006, p. 137). Se o analista objetiva se debruçar apenas sobre a hipótese “2” (exclusão das circunstâncias de produção), pode demonstrar que há apenas participantes passivos na representação (“Folhas selecionadas, colhidas à mão”), havendo a **exclusão dos agentes** (Quem seleciona? Quem colhe?). Tais agentes seriam justamente os lavradores/aldeões em condições subumanas de trabalho.

Van Dijk, um analista sociocognitivo do discurso, deveria proceder de modo **diverso** e descobrir “coisas” **substancialmente novas**, já que não considerar a cognição (“problema” dos seus não-seguidores) é uma **falha grave** (VAN DIJK, 2008a, p. 209). Todavia, apesar dos termos emprestados ou inspirados nas tendências cognitivas, não há grandes diferenças no que diz respeito ao **resultado das análises** realizadas pelos analistas cognitivos do discurso. Vejamos.

Como vimos, contexto, para Van Dijk, é justamente a estrutura mentalmente representada das propriedades da situação social (cf. VAN DIJK, 2008a, p. 119). Os modelos mentais subjetivos, moldados por uma “cognição social”, definiriam uma visão de mundo, e influenciariam os discursos engendrados por grupos ou indivíduos. Então, analistas do discurso (que igualmente possuem visões de mundo diferenciadas, pois cada experiência humana é única) reconheceriam propósitos diversos (eventualmente, os mesmos propósitos) em um texto como o do charuto Hamlet. Uns poderiam perceber a tentativa, da propaganda, de evitar as possíveis polêmicas (como a situação injusta dos trabalhadores); uns não fariam tal associação de forma alguma; outros certamente encontrariam motivações discursivas diversas nas entrelinhas daquele artefato linguístico. Então, o que faz o analista sociocognitivo do discurso? O mesmo que um analista “não-cognitivo” faz: elege um dos possíveis intentos discursivos da manifestação linguística e mobiliza o aparato metodológico para proceder com a análise.

Atente que pode não acontecer avanço considerável quando um pesquisador se intitula **analista “cognitivo” do discurso** e procede apenas analisando formas e intentos particulares de representação do mundo (mesmo se afirma que tais representações são resultado de escolhas baseadas em modelos mentais), pois **analisar modos e motivações particulares de representação do mundo é exatamente o que fazem todos os analistas do discurso** (mesmo quando não mencionam que são cognitivos). Examinar discurso é inevitavelmente examinar visões de mundo. Se não houver uma descrição minimamente razoável sobre como o componente cognitivo interfere na construção do discurso, não há avanço. Mantendo-me neste tópico, lembro o que Pedro (1997) detalha sobre a cognição social de Van Dijk. A autora afirma que, de alguma maneira, Van Dijk entende as “cognições sociais fundamentais” como “ideologias” que refletem “os objectivos básicos, os interesses e os valores dos grupos” (PEDRO, 1997, p. 30). Ora, ideologia, interesses e valores são noções consideradas por **todos** os analistas de discurso.

A Análise Sociocognitiva do Discurso, por mais que se esforce, ainda termina onde as outras começam. Ao analisar o texto sobre o charuto Hamlet, o analista cognitivo inescapavelmente chegaria às mesmas conclusões a que Fairclough chegou, às mesmas hipóteses; apontaria as mesmas motivações discursivas/ideológicas. O mesmo pode ser dito sobre praticamente qualquer outro trabalho desta perspectiva. E obter conclusões similares nem chega a ser um problema. Pior é quando as análises cognitivas assemelham-se demasiadamente às “errôneas” análises “não-cognitivas”. Vejamos.

Digitei os termos “análise crítica discurso van dijk” no Google¹² e busquei o primeiro artigo em Análise Cognitiva do Discurso que me foi exposto. O trabalho de Beatriz Daruj Gil se preocupou em estudar, com base nos postulados de Van Dijk, a escolha lexical em duas canções de Bezerra da Silva. É advindo deste trabalho o texto a seguir:

Algumas lexias que se referem especialmente à riqueza do homem reforçam a desqualificação da mulher, enfatizando sua esperteza diante do homem rico: *mala cheia, gente boa, de Matarazzo pra lá e pra te ganhar*, além daquelas que também servem para reforçar a crítica à mulher referindo-se diretamente a ela: *somente pra ela gastar*, em que se comprova que a mulher visa ao dinheiro do homem e *bote da jibóia*, quando se compara a mulher à jibóia, cobra de hábitos pouco pacíficos que

¹² Acesso em 20/04/2011. A busca foi feita de modo a selecionar artigos aleatoriamente. O Google lista primeiramente os artigos mais acessados, os que recebem mais visitas.

costuma dar investidas sobre outros animais, no período noturno, sufocando-os antes de matá-los (GIL, 2011, s/p)¹³.

Não obstante termos como **cognição social** e **modelos mentais** em sua fundamentação, Gil engendra uma análise que poderia, como pode ser percebido no trecho acima, ter sido realizada por analistas que não se intitulam de cognitivos. O fenômeno da “lexicalização” (e suas implicações discursivas) é estudado por analistas nas mais diversas áreas, inclusive da análise do discurso francesa.

Na mesma linha de Gil, o artigo de Campos (2010), segunda investigação cognitiva listada pelo Google, tem por objetivo “analisar a representação do evento social Guerra no Iraque em reportagens da mídia impressa brasileira, por meio da análise da atividade de referenciação” (CAMPOS, 2010, p. 44). Campos, assim como Gil, focaliza o fenômeno da lexicalização, e, sobre ele, escreve o seguinte:

Assim, atentaremos para a perspectiva adotada pelo locutor, compreendendo que, diante das possibilidades de escolha, um mesmo evento pode ser lexicalizado de muitos modos diferentes, refletindo certas configurações culturais e também certas posições ideológicas (CAMPOS, 2010, p. 53)

Novamente, a relação da lexicalização com posicionamentos ideológicos é objeto de estudos, exatamente nesses moldes, de diversas correntes críticas. Não é à toa a semelhança da citação acima, de Campos, com uma retirada, por exemplo, de Wodak & Van Leeuwen (trabalho no qual os autores examinam a construção de um discurso sobre desemprego): “a escolha entre tais alternativas [representação de atores sociais] quase invariavelmente desempenha um papel significante na construção ideológica do discurso político” (WODAK & VAN LEEUWEN, 2002, p. 350)¹⁴.

Em Campos (2010), temos um trabalho que se inclina para Van Dijk, e utiliza a terminologia baseada na Linguística Cognitiva, mas aterrissa em lugar similar ao que outros teóricos “não-cognitivos” aterrissariam. Novamente, temos um exame no qual a influência da cognição não é satisfatoriamente trabalhada. As análises em Campos muito se

¹³ GIL, B. D. 2011 [ano do acesso]. *Escolha lexical e ideologia em Bezerra da Silva*. Disponível em: [http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp42/o2.pdf]

¹⁴ *The choice between such alternatives almost invariably plays a highly significant role in the ideological construction of political discourse* [tradução minha].

assemelham a averiguações na linha do “não-cognitivista” Fairclough, como fica evidenciado abaixo:

Observamos que nos dois primeiros enunciados o processo de referenciação da Guerra no Iraque se dá por meio das expressões lexicais: *sua pendenga com Saddam* e *uma queda-de-braço entre os Estados Unidos e Saddam*. Note-se que o locutor, com a utilização de semelhantes itens lexicais, constrói seu objeto-de-discurso de forma a desvalorizar o conflito, na medida em que se trata de uma pendenga ou de uma queda-de-braço (CAMPOS, 2010, p. 54)

O que faz com que o parágrafo acima, ou o restante do trabalho de Campos (2010) e Gil (2011), seja uma análise **cognitiva** de discurso? Onde está demonstrada a atuação da interface cognitiva que apreende o social e produz o discurso? O que impede que estas mesmas averiguações sejam enunciadas por pesquisadores na perspectiva de Fairclough? Afora alguma terminologia diferenciada na fundamentação, praticamente nada há de diverso nas análises de Campos e Gil. É importante ressaltar que não estou questionando a qualidade destes artigos. O trabalho de Campos, por exemplo, é minucioso e bastante relevante. O que se discute aqui é o potencial “avanço” proporcionado pela teoria de Van Dijk.

O triângulo sociedade-cognição-discurso não é profundamente contemplado em Campos, nem em Gil e nem em outros trabalhos de analistas cognitivos brasileiros, nem mesmo em determinados textos do próprio Van Dijk (como visto, por exemplo, no caso de Tony Blair). Ademais, para alguns estudiosos, a análise, nos termos deste triângulo, atualmente é impossível, visto que não podemos acessar diretamente a cognição humana, e não podemos provar muitas das teorias sobre seu funcionamento. Como entender os **modelos mentais**? Onde começam e onde terminam? O que os caracterizam? Quais são os indícios de sua existência?

Ainda é imperativo adicionar algo: a teoria de Fairclough é tão aberta aos postulados cognitivos que artigos são facilmente engendrados empregando e harmonizando as duas teorias. Veja-se o trabalho de Resende (2009), publicado na Revista da ABRALIN¹⁵. No artigo, a autora estuda a construção de identidades (conforme teorizado por Fairclough) de

¹⁵ RESENDE, V. M. 2009. Análise discursiva crítica do uso de metáforas em uma interação etnográfica no movimento nacional de meninos e meninas de rua. In: *Revista da ABRALIN*. Vol. 08. N. 01.

meninos de rua, por intermédio de **metáforas conceituais** (da linguística cognitiva de Lakoff & Johnson). Como se vê, ao contrário do que defende Van Dijk, a análise proposta por Fairclough não é, e não poderia ser, de modo algum, anticognitiva.

5. Considerações finais

O postulado de Van Dijk sobre o triângulo sociedade-cognição-discurso é bastante profícuo e merece desenvolvimento. Contudo, algumas de suas críticas a teorias que intitula de anticognitivas são equivocadas, e devem ser repensadas. Ademais, sua noção de contexto, além de restritiva, não diferencia, de maneira substancial, as análises cognitivas do discurso de outras análises existentes (como ficou evidenciado nos exemplos de Tony Blair, da relexicalização em Bezerra da Silva, no artigo de Campos, e pode ser averiguado em inúmeros outros trabalhos desta vertente). Se apontamos “falhas graves” — como Van Dijk parece acreditar ter feito —, devemos apontar novas consequências, oriundas dos acertos indicados. E tais consequências, novas, em pouco devem se assemelhar às antigas. Não tenho percebido a Análise Cognitiva do Discurso realizar este feito. O que percebo é uma terminologia diversa para análises e conclusões bastante similares. Proponho-me a comparar, futuramente, mais estudos nas duas linhas (Fairclough e Van Dijk) para verificar se, no fim das contas, a seqüela dos efervescentes embates teóricos das diferentes visões de contexto será realmente uma aterrissagem em lugares deveras distintos.

Referências Bibliográficas:

CAMPOS, C. L. O. Estratégias de referenciação no discurso midiático – práticas ideológicas de inclusão e exclusão de dizeres no discurso sobre a guerra. *Linguagem em (Dis)curso*. Palhoça, SC. 2010. v. 10, n. 1, p. 43-67.

DEMO, P. Aprendizagens e novas tecnologias. *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física*. Agosto. 2009. ISSN 2175-8093 – Vol. 1, n. 1, p.53-75.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

_____. *Analysing discourse*. Textual analysis for social research. London: Routledge. 2006.

FOWLER, R et al. *Language and control*. London: Routledge & Keagan Paul. 1979.

_____. Sobre a linguística crítica. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*. Tubarão, 2004[1996]. v. 4, n.esp, p. 207-222.

HALLIDAY, M.A.K., & MATTHIESSEN, C.M.I.M. *An introduction to functional grammar*. (3rd. Edition). London: Arnold. 2004.

MARCUSCHI, L. A. Linguística de Texto. *I Curso de Especialização em Leitura, Produção e Avaliação Textual (apostila)*. Recife. 2005.

MEURER, J. L. Ampliando a noção de contexto na lingüística sistêmico-funcional e na análise crítica do discurso. *Linguagem em Discurso, número especial sobre análise crítica do discurso*. 2004. v. 4, p. 133-157.

_____. Integrando estudos de gêneros textuais ao contexto da cultura. In: KARWOSKI, A.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 2^a Ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna. 2006. pp. 165-185.

MOTTA-ROTH, D. Escrevendo no contexto: contribuições da LSF para o ensino de redação acadêmica. In: 33rd International Systemic Functional Congress - LAEL/PUCSP., 2006, São Paulo, SP. Barbara, Leila and Tony Berber Sardinha (Eds.). 2006. *Proceedings of the 33rd International Systemic Functional Congress (PUCSP, São Paulo, Brazil)*. Online publication available at <http://www.pucsp.br/isfc>. ISBN 85-283-0342-X. São Paulo: LAEL/PUCSP, 2006. v.01. p.828-860.

MOTTA-ROTH, D; HEBERLE, V. M. O conceito de "estrutura potencial do gênero" de Ruqayia Hasan. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D.. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. 2 ed. São Paulo, SP: Parábola. 2007.

ROSCH, E; LLOYD, B. B. (eds.) *Cognition and Categorization*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates. 1978.

RUMELHART, D. E. Schemata: the building blocks of cognition. In R.J. Spiro, B.C. Bruce, & W.F. Brewer (Eds.). *Theoretical Issues in Reading Comprehension: Perspectives from Cognitive Psychology, Linguistics, Artificial Intelligence, and Education*. Hillsdale, NJ: Erlbaum. 1980.

VAN DIJK, T. A. Discourse, context and cognition. *Discourse studies* 8. 2006. Disponível em: [www.discourses.org]. Acesso em: 10 jan. 2009.

_____. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto. 2008a.

_____. Context and language. *Discourse and context: a socio-cognitive approach*. Cambridge University Press. 2008b.

VIAN JR, O; LIMA-LOPES, R.E. A perspectiva teleológica de Martin para a análise dos gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D.. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. 2 ed. São Paulo, SP: Parábola. 2007.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Revista Linguagem em (Dis)curso*. 2004. v.4, n. Especial, pp. 223-243.

¹ Cleber Pacheco GUIMARÃES, Ms, Doutorando
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
cleber.guimaraes@gmail.com